

Eixo temático: **Avaliação, Currículo, Inclusão e Diversidade no contexto das TDIC**

DESIGN INSTRUCIONAL E MICROLEARNING NA VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA E CULTURA AFRODESCENDENTE

INSTRUCTIONAL DESIGN AND MICROLEARNING IN THE VALUE OF AFRO-DESCENDANT LANGUAGE AND CULTURE

- **Alessandra dos Santos Simão** (UNIFAA – alessandra.simao@faa.edu.br)
- **Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira** (UNIFAA – eunice.sampaio@faa.edu.br)
- **Júlio Cândido Meirelles Júnior** (UFF – profjcm@gmail.com)
- **Luiz Manoel Rafael Elias** (UE - lmrelias@gmail.com)

Resumo:

Promover o ensino da história afrodescendente nas escolas é um tema importante, principalmente pelo histórico de formação da sociedade brasileira, que apesar dos esforços existentes em promover políticas públicas para melhoria da educação, ainda persistem desafios significativos no que diz respeito à equidade e à promoção da diversidade nas escolas. A inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira no currículo pode ser facilitada pelo ML, uma técnica que facilita a aquisição do conhecimento por meio de pequenas "pílulas" de conteúdo, organiza informações em blocos pequenos e acessíveis, permitindo sua assimilação em períodos curtos. Metodologicamente, o trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória, descritiva, com aplicação de questionários com professores da rede particular e pública da Região Sul Fluminense. Os resultados revelam primeiramente que é essencial ter um corpo docente aberto para usar a tecnologia, estar apto a interagir com especialistas sobre a língua e cultura afrodescendente para capacitação; O DI aliado ao ML possui significativo potencial de inserir o ensino da língua e cultura afrodescendente no contexto escolar, sendo uma ferramenta importante no combate contra o racismo estrutural e na promoção de cidadãos mais críticos e conscientes e em promover uma consciência crítica sobre racismo em nossa sociedade.

Palavras-chave: Língua e Cultura Afrodescendente, *Design Instrucional, Microlearning*

Abstract:

Promoting the teaching of Afro-descendant history in schools is an important topic, mainly due to the history of the formation of Brazilian society, which despite existing efforts to promote public policies to improve education, significant challenges still persist with regard to equity and the promotion of diversity in schools. The inclusion of content about Afro-Brazilian history and culture in the curriculum can be facilitated by ML, a technique that facilitates the acquisition of knowledge through small "pills" of content, organizes information into small and accessible blocks, allowing its assimilation into short periods. Methodologically, the work is characterized as exploratory, descriptive research, with questionnaires administered to teachers from private and public schools in the southern region of Rio de Janeiro. The results firstly reveal that it is essential to have a faculty open to using technology, to be able to interact with experts on Afro-descendant language and culture for training; Instructional Design combined with Microlearning has significant potential to insert the teaching of Afro-descendant language and culture in the school context, being an important tool in the fight against structural racism and in promoting more critical and aware citizens and in promoting critical awareness about racism in our society.

Keywords: Afro-descendant Language and Culture, *Design Instrucional, Microlearning*

1. Introdução

No contexto educacional atual, marcado por uma crescente necessidade de valorização da diversidade e inclusão, torna-se indispensável promover o ensino da história afrodescendente nas escolas. Este tema é extremamente importante, não somente pela necessidade de resgatar e valorizar a contribuição do povo negro para a formação da identidade nacional, como também uma forma de combater o racismo estrutural presente ainda hoje na sociedade brasileira.

No Brasil, apesar dos esforços existentes em promover políticas públicas para melhoria da educação, ainda persistem desafios significativos no que diz respeito à equidade e à promoção da diversidade nas escolas. Em muitos momentos percebemos a invisibilidade da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, reproduzindo assim padrões eurocêntricos que marginalizam a contribuição do povo negro para a construção de nossa sociedade. Essa lacuna no processo educacional contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, além de negar aos estudantes afrodescendentes a oportunidade de reconhecerem-se como sujeitos históricos e agentes de transformação social.

Dessa forma, promover o ensino da história afrodescendente é fundamental por diversos motivos. Primeiramente, trata-se de uma questão de justiça histórica e reparação, reconhecendo o papel fundamental dos povos africanos e seus descendentes na construção da sociedade brasileira. Além disso, ao incluir essa temática no currículo escolar, contribuimos para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de compreender as complexidades do processo histórico e de reconhecer a diversidade como um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do desafio inerente à necessidade de promover a valorização e inclusão do ensino da história afrodescendente nas instituições educacionais, observa-se uma progressiva ruptura de paradigmas impulsionada pela crescente integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da Inteligência Artificial (IA). Estes temas emergem como elementos cruciais a serem abordados em diversas esferas da sociedade contemporânea. Tais ferramentas tecnológicas constituem aliados tanto no contexto corporativo quanto no educacional, propiciando a criação de materiais e conteúdos capazes de fomentar um aprendizado mais eficaz, motivador e envolvente para os estudantes.

Surge, então, a convergência de novas tecnologias que viabilizam o aprendizado em distintos meios e momentos, e é neste contexto que o *Design Instrucional* (DI) se destaca como uma abordagem fundamental para a otimização de todo o processo de produção e, conseqüentemente, de aprendizagem. O DI não apenas facilita a concepção de ambientes de aprendizagem adaptáveis às demandas contemporâneas, mas também promove a criação de estratégias pedagógicas que se alinham com as necessidades individuais dos alunos, promovendo uma maior efetividade no processo educacional. Assim, o *Microlearning* (ML), como uma das vertentes do DI, emerge como uma ferramenta particularmente relevante, oferecendo benefícios como a flexibilidade de acesso ao conhecimento, a personalização do aprendizado e a maximização do engajamento dos estudantes.

Diante da necessidade de promover a valorização da diversidade e inclusão no contexto educacional atual, como o *Design Instrucional* (DI) aliado ao *Microlearning* (ML) podem ser empregados de forma eficaz para integrar o ensino da língua e cultura afrodescendente no currículo escolar, visando combater o racismo estrutural e promover a formação de cidadãos críticos e conscientes?

Objetivamente, este trabalho busca: Investigar como o *Design Instrucional* aliado ao *Microlearning* podem ser empregados de forma eficaz para integrar o ensino da língua e cultura

afrodescendente no currículo escolar, visando combater o racismo estrutural e promover a formação de cidadãos críticos e conscientes.

2. História afrodescendente nas escolas

2.1. O movimento negro educador

Os debates sobre a promoção da igualdade das relações étnico-raciais nas escolas, surgiram após reivindicações históricas de grupos e pessoas de vários movimentos, que por muito tempo buscaram mostrar a necessidade da implementação de políticas que efetivassem os direitos da população negra.

Como a Frente Negra Brasileira (FNB), que surge no ano de 1931, sendo reconhecido como partido político em 1936 que tinha como objetivo combater ao racismo no Brasil e promover melhorias nas condições de trabalho, saúde e educação para a população negra do país. Porém, após o golpe de 1937, passou a se chamar Sociedade Negra Princesa Isabel e no ano de 1938 ficou conhecido como União Negra Brasileira, sendo declarado ilegal foi fechado no mesmo ano. Outro grupo importante no movimento negro foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento, no ano 1944 que buscava dinamizar a consciência da negritude brasileira, sendo assim uma forma de resistência cultural. Ele criou também o jornal do Quilombo que denunciava a discriminação racial em todo o Brasil.

O Movimento Negro Educador é um conjunto de ações e ideias que visam transformar a educação brasileira por meio da valorização da cultura, história e contribuições dos negros para a sociedade. Surgido a partir da necessidade de superar o racismo estrutural presente nas instituições de ensino, esse movimento busca promover uma educação mais inclusiva, equitativa e antirracista.

Uma das principais frentes de atuação do Movimento Negro Educador é a implementação da Lei nº10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Além disso, o movimento luta pela inclusão de temas como o racismo, a discriminação racial e a luta dos movimentos negros nos currículos escolares, de forma transversal e interdisciplinar.

Outro aspecto importante do Movimento Negro Educador é a formação de professores para lidar de forma adequada com as questões raciais em sala de aula, capacitando-os para reconhecer e combater o racismo presente no ambiente escolar. Além disso, o movimento busca ampliar o acesso de estudantes negros ao ensino superior e promover a valorização da cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Em síntese, o Movimento Negro Educador representa uma importante luta por uma educação mais justa e igualitária, que reconheça a diversidade étnico-racial do país e contribua para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

De acordo com Souza *et al.* (2021) para compreendermos a importância da inclusão do ensino referente à história e às culturas africana, afro-brasileira e indígena na educação básica por intermédio das Lei nº10.639/03 e Lei nº11.645/08, é necessário entender o processo cultural de formação da sociedade brasileira. A identidade da população negra e indígena foi moldada por séculos de escravidão durante a colonização, e resultou em estereótipos de inferioridade. Contudo, vale ressaltar que estudos culturais dessas comunidades marginalizadas permitem a reconstrução identitária positiva.

Entre os anos de 1501 e 1870, mais de 12,5 milhões de africanos foram capturados, vendidos como escravos e levados para o continente americano, com cerca de 4,8 milhões vindo para o Brasil. Aproximadamente 1,8 milhão desses não sobreviveram à viagem devido a doenças e brutalidade, sendo muitos jogados ao mar após a morte (Bueno, 2021).

De acordo com a mesma autora, o Brasil foi o maior território escravista do Ocidente, sendo também o último a abolir o tráfico negreiro e a escravidão. O resultado é um legado de desigualdade social, exclusão e violência (Bueno, 2021).

Apesar da história de formação da sociedade brasileira, com séculos de escravidão, somente nos anos 1980 o movimento negro adquire a força necessária para impulsionar discussões sobre políticas públicas destinadas a negros e indígenas.

Souza *et al.* (2021) destacam que na década de 1980, foi proposto o Projeto de Lei nº 1.332, que visava ações compensatórias para os negros brasileiros em diversas áreas, incluindo emprego, Forças Armadas e educação. O projeto propunha alterações nos currículos escolares para incorporar os feitos positivos dos africanos e seus descendentes. Embora não tenha sido aprovado, evidenciava o desejo do movimento negro de ser reconhecido por sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

Ainda nos dias atuais, apesar do país abrigar a maior população negra fora do continente africano em números absolutos (Bueno, 2021), conforme o Censo de 2022, 55,5% da população brasileira se identifica como preta e parda, ainda está sub-representada. Em nosso modelo de sociedade de classes há mecanismos informais de discriminação que filtram o seu acesso a oportunidades, qualificação e esferas de decisão (Bueno, 2021).

Apesar de constituir uma parte significativa da força de trabalho, os negros frequentemente ocupam posições desvalorizadas e enfrentam maior vulnerabilidade ao desemprego. Muitos acabam recorrendo ao trabalho informal para garantir sustento, o que reflete a falta de oportunidades formais e a precarização do mercado de trabalho para essa parcela da população. Além disso, os negros enfrentam disparidades educacionais, com acesso limitado à educação de qualidade e maior evasão escolar em comparação com outros grupos étnicos. Essas realidades refletem a persistência das desigualdades raciais no país, exigindo ações efetivas para promover equidade e inclusão.

2.2. A obrigatoriedade do ensino

É evidente que ainda estamos vivendo em um país racista, em que a questão problemática e grave é ocultada e camuflada afetando a vida de diversas pessoas. A introdução da lei na educação básica teve como intenção alterar os conteúdos curriculares ensinados no ambiente escolar (Cabral; Barbosa, 2020).

Após a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996, que trata das diretrizes da educação nacional, houve uma importante modificação por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Posteriormente, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 foi estabelecida, complementando essa legislação ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que inclui os conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo, trazendo orientações sobre as novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional. Por fim, a Lei nº 11.645/08 prevê a inserção da História e cultura afro-brasileira e indígena na estrutura curricular da educação básica.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro

e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (LEI Nº 11.645/08).

Os avanços voltados para a população negra com a homologação da Lei 10.639/03 trouxe não só transformação e ressignificação as escolas, mas também integrou os direitos dessa população. Para a professora Gomes (2011), em seu artigo Educação, relações Étnico-raciais e a lei 10639/03, publicado no site A cor da Cultura, ela destaca o seguinte:

O percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Ele se insere em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como protagonistas o Movimento Negro e os demais grupos e organizações partícipes da luta antirracista (Gomes, 2011, p. 1).

Apesar desses avanços citados pela autora, ressalta-se que ainda não conseguimos a “ressignificação” das escolas, mesmo com a homologação da Lei 10.639/2003. A lei exige que seja pensado uma descolonização dos currículos, automaticamente ocasionando uma mudança na prática pedagógica. Entretanto, para que haja a superação do eurocentrismo nas escolas, é preciso que ocorra uma melhor formação inicial docente juntamente com uma formação continuada.

Cabe lembrar, que é a escola é socialmente responsável pela transmissão e pela socialização do conhecimento. os docentes precisam ter uma formação adequada para esta temática, observando sempre os princípios constitucionais e as orientações para a Educação Básica Brasileira.

Neste contexto, vemos um destaque para o papel dos professores como protagonistas na implementação de ações educativas que incluam o ensino da história e cultura afrodescendente na educação brasileira.

Conforme Silva e Martins (2015) pesquisas no universo educacional brasileiro destacam a importância e comprometimento dos profissionais da educação para efetivar as propostas da Lei 10.639/03. Contudo, vale ressaltar que a Lei não aborda o preparo dos futuros educadores durante a formação inicial no ensino superior. A discussão sobre relações raciais tem sido limitada, com foco principal na inclusão, principalmente para pessoas com necessidades especiais.

3. Design instrucional como novo sistema educacional

De acordo com Filatro (2008), o *Design Instrucional* (DI) desenvolve ações significativas e estratégicas, de forma intencional, que buscam planejar, desenvolver e aplicar situações didáticas específicas que incorporem, nas diversas fases de produção técnica da elaboração das formações de ensino, mecanismos que permitam a contextualização e a flexibilização da aprendizagem.

Design instrucional (DI) é o processo de identificar um problema ou necessidade educacional e desenhar, implementar e avaliar uma solução para esse problema. Essa é uma definição que diz respeito ao DI como processo, mas o DI também se refere ao produto desse processo (um curso, um programa, um material didático, um tutorial, um evento educacional...). E ainda podemos falar em DI como teoria, abrangendo o corpo de conhecimentos das áreas de educação, comunicação, tecnologia e administração que apoiam a tomada de decisões para o design de soluções educacionais (Filatro, 2018, p.32).

Para Viana *et al.* (2020) o DI visa otimizar o ensino-aprendizagem, usando métodos didáticos planejados para contextualizar o aprendizado, gerando material instrucional com objetivos específicos para facilitar a eficiência na aprendizagem.

Design Instrucional de acordo Filatro (2019) consiste no conjunto de atividades (processos) de identificar um problema (uma necessidade) de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar uma solução para esse problema. De uma forma mais prática e resumida, Filatro (2004), explica que o DI é uma sequência de atividades estruturadas que permitem construir soluções diversas para necessidades educacionais específicas, envolvendo questões de planejamento e implementação de situações de ensino e aprendizagem.

Apesar de um conceito recente, o DI iniciou durante a Segunda Guerra Mundial (Knoll; Minuzzi, 2018), momento em que psicólogos e educadores trabalharam junto ao exército americano para desenvolvimento de materiais didáticos para recrutamento. Posteriormente, vieram as contribuições como a Taxonomia de Bloom, o desenvolvimento industrial e o interesse na capacitação profissional influenciaram seu desenvolvimento.

A respeito dos modelos e abordagens de DI, de acordo com Filatro (2015), o modelo mais utilizado é o ADDIE, composto por 5 etapas que podem ser representadas em um continuum de tempo de desenvolvimento, como mostra a Figura 1.

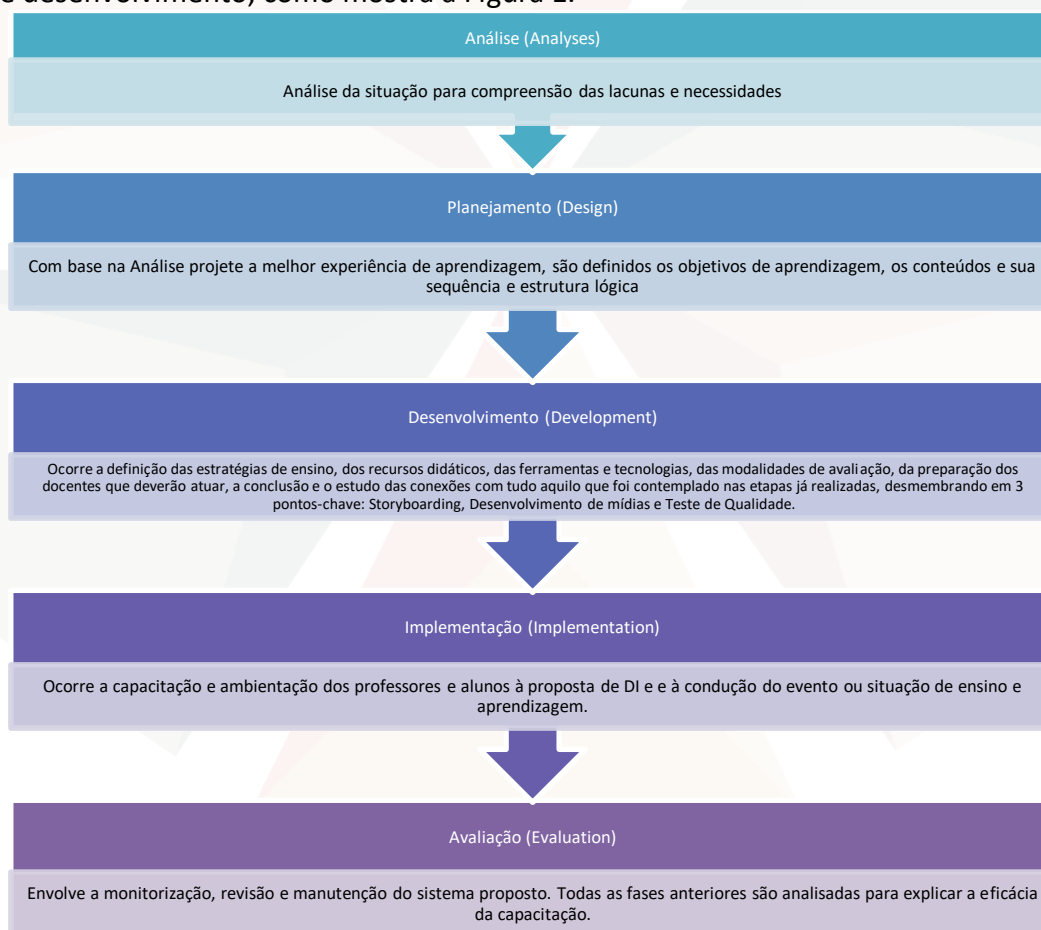


Figura 1. As 5 etapas Modelo ADDIE

Fonte: Filatro (2015)

É notório que a sociedade tem passado por uma significativa mudança em todos os setores com o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), impactando inclusive

no campo educacional, por permitir a quebra de barreiras geográficas e temporais, tornando a colaboração e construção coletiva do conhecimento (Ferreira *et al.*, 2024).

Nesse cenário, surgem desafios constantes para os docentes de todos os níveis e estimula a pesquisa para auxiliar os professores no planejamento de ações, técnicas e metodologias para atuar em ambientes virtuais e presenciais (Alves; Andre, 2018). Com isso, aliar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a Inteligência Artificial (IA), assim como, os processos interativos originam novos modelos de produção de conteúdo, exigindo dos professores novas abordagens para trabalhar com os conhecimentos (Ferreira *et al.*, 2024). A produção de conteúdo educacional, considera tanto a experiência do docente, como a incorporação de inovações tecnológicas. Isso implica maior interação, adaptação e colaboração entre os envolvidos, onde a autoria assume uma nova dimensão (Eckstein; Knuppel, 2022).

Dessa forma, é importante que a formação de professores inclua princípios de educação digital, propiciando redes de formação que enriqueçam a experiência do docente e invistam em percursos educacionais combinando o presencial com o virtual. Ao colaborar na criação do DI, o professor redefine conceitos de autoria e docência, assumindo um papel conectivo na produção de saberes (Alves; Andre, 2018; Filatro, 2018).

É fundamental que os professores conheçam a natureza dos objetos educacionais digitais e participem de procedimentos de autoria coletivos e compartilhados e, assim, ao adotar uma perspectiva de inovação sustentada e aberta, o professor se torna um agente crítico no uso da tecnologia, capaz de demonstrar contradições e contribuir para sua evolução.

4. Microlearning como abordagem de ensino e aprendizagem na valorização da língua e cultura afrodescendente

A importância da valorização da língua e cultura afrodescendente está intrinsecamente ligada à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural, linguística e étnica presente na sociedade brasileira, é possível promover a inclusão e o respeito às diferentes identidades e histórias que compõem o país.

A língua e cultura afrodescendente possuem uma riqueza e uma diversidade que refletem séculos de história, resistência e contribuições para a formação da sociedade brasileira. A língua portuguesa falada no Brasil, por exemplo, foi influenciada por línguas africanas trazidas pelos escravizados, resultando em um idioma único e cheio de nuances que refletem a miscigenação e a diversidade cultural do país.

Além disso, a cultura afrodescendente no Brasil é marcada por uma multiplicidade de expressões artísticas, religiosas, gastronômicas e sociais que contribuíram para a formação de uma identidade cultural única e rica. Da capoeira ao samba, da culinária baiana à religiosidade do candomblé, a cultura afrodescendente está presente em diversos aspectos da vida brasileira, enriquecendo-a e tornando-a mais vibrante e diversificada.

Valorizar a língua e cultura afrodescendente é, portanto, reconhecer e celebrar a diversidade e a pluralidade cultural do Brasil. É também um ato de justiça e reparação histórica, já que a cultura afrodescendente foi por muito tempo marginalizada e invisibilizada. Ao valorizá-la, estamos reconhecendo a contribuição fundamental dos povos africanos e afrodescendentes para a construção da identidade brasileira e promovendo a igualdade e o respeito entre todos os cidadãos.

Nesse contexto, a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira no currículo pode ser facilitada pelo ML, uma técnica de ensino que facilita a aquisição do conhecimento por meio de pequenas "pílulas" de conteúdo, organiza informações em blocos pequenos e acessíveis,

permitindo sua assimilação em períodos curtos, como cerca de 15 minutos, conforme descrito por Leong *et al.* (2021).

Hug define ML como:

[...] uma metáfora que se refere a micro aspectos de uma variedade de modelos, conceitos e processos de aprendizado. Não importa se a aprendizagem se refere ao processo de construção e organização do conhecimento, à mudança de comportamento, de atitudes, de valores, de habilidades mentais, de estruturas cognitivas, de reações emocionais, de padrões de ação ou de dimensões sociais, em todos os casos temos a possibilidade de considerar aspectos micro, meso (médio) e macro das várias visões sobre mudanças mais ou menos persistentes e alterações sustentáveis de desempenho. (Hug, 2015, p. 4 *apud* Cruz *et al.*, 2023).

Hug (2015) *apud* Cruz *et al.* (2023) complementa o conceito ao definir que o ML difere de outras metodologias de ensino ao utilizar aulas divididas em "microaulas", com durações menores que as aulas tradicionais. De acordo com o autor, é importante destacar que não se trata de dividir um conteúdo amplo em pequenos pedaços, mas sim de um formato de aprendizado aperfeiçoado pela tecnologia, que transforma informações complexas em pequenas porções facilmente digeríveis, orientadas para alcançar resultados específicos de aprendizagem e permitindo a prática pelos alunos.

Resumidamente, o ML é uma abordagem de ensino e aprendizagem que se baseia na disponibilização de conteúdos em pequenas doses, de forma acessível e objetiva, por meio de diferentes formatos, como vídeos curtos, textos breves, infográficos, entre outros. Essa metodologia tem se mostrado eficaz para a valorização da língua e cultura afrodescendente, pois permite uma abordagem dinâmica e contextualizada, facilitando a assimilação e a retenção do conhecimento.

No contexto da valorização da língua e cultura afrodescendente, o ML pode ser utilizado de diversas formas. Por exemplo, vídeos curtos podem apresentar aspectos da história e da cultura africana e afrodescendente, como festas tradicionais, manifestações artísticas e figuras históricas importantes. Textos breves podem abordar temas como a influência africana na língua portuguesa falada no Brasil, destacando palavras e expressões de origem africana. Infográficos podem mostrar mapas que evidenciam as rotas e os fluxos migratórios dos africanos trazidos como escravos para o Brasil, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diáspora africana.

Além disso, o ML pode ser utilizado para promover a reflexão e o debate sobre questões relacionadas ao racismo e à discriminação racial, estimulando a empatia e o respeito à diversidade. Por meio de atividades práticas e interativas, os alunos podem ser incentivados a criar produções artísticas inspiradas na cultura afrodescendente, como músicas, poesias, danças e artesanatos, promovendo a valorização e o reconhecimento da riqueza cultural desse grupo étnico.

Em resumo, o ML se mostra como uma abordagem de ensino e aprendizagem eficaz para a valorização da língua e cultura afrodescendente, pois permite uma aproximação dinâmica e contextualizada com os conteúdos, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos e para a promoção da diversidade e inclusão.

5. Procedimentos metodológicos

Para elaborar este trabalho, no primeiro momento foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o tema. Para enquadramento da pesquisa, este trabalho se enquadra na categoria de pesquisa

descritiva, pois visa considerar as percepções dos professores no que se refere a educação para a valorização da língua e da cultura afrodescendente (Gil, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos desenvolveu-se em etapas:

1º Levantamento bibliográfico sobre o tema Educação para valorização da língua e cultura afrodescendente, com buscas em bases de dados de artigos para selecionar aqueles mais relevantes e atuais sobre o tema proposto. Optou-se por utilizar o Periódico CAPES com referência para a busca e posterior escolha dos artigos que seriam lidos. Após a escolha dos artigos, foram feitas as leituras e resumos dos mesmos para então utilizá-los com referências para esse artigo

2º Aplicação de questionário com professores de instituições públicas e privadas dos municípios da Região do Médio Paraíba, no período de 15/12/2023 a 10/02/2024, com o objetivo de verificar o entendimento sobre o ML e a sua percepção quanto a aplicação para promoção de uma Educação para a valorização da língua e da cultura afrodescendente. Foram obtidos 180 questionários respondidos e após a coleta os dados estes foram tabulados e analisados em planilha Microsoft Excel®.

O questionário aplicado para os professores é composto de 10 perguntas, e elas foram divididas em dois grupamentos. O primeiro refere-se ao perfil demográfico dos respondentes (tipo de instituição, nível de atuação e tempo de docência) enquanto o segundo refere-se a percepção dos professores quanto a aplicação do ML.

6. Discussão dos resultados

A priori, verificou-se que os professores participantes da pesquisa atuam em instituições públicas (73%) e privadas (27%), sendo que 23% atuam no Fundamental I, 39% Fundamental II, 29% Ensino Médio e 8% no Ensino Superior. Esses dados revelam um panorama amplo, com variedade de contextos educacionais, assim como a diversidade de níveis de ensino abrangidos.

No que tange o tempo de docência, 26% dos respondentes possuem experiência entre 6 a 10 anos, enquanto 22% possuem experiência entre 11 a 15 anos de docência, conforme o Gráfico 1.



Gráfico 1. Tempo de experiência
Fonte: Elaborado pelos autores

A respeito do conhecimento sobre o *Microlearning*, apenas 37% dos respondentes indicaram estar familiarizados com o tema. Considerando a possibilidade de o assunto ser inédito para muitos professores, foi disponibilizado no questionário um link contendo material explicativo sobre o *Microlearning*. Dessa forma, munidos com um conhecimento básico sobre o ML, os professores puderam prosseguir com o preenchimento do questionário.

A respeito da questão “Como você acha que o *Microlearning* pode ajudar os alunos a desenvolver uma consciência crítica sobre questões raciais e combater o racismo na sociedade?” Os 25,6% dos professores responderam “Permitindo acesso fácil a recursos educacionais sobre

diversidade, seguido por 17,8% “Expondo os alunos a diferentes perspectivas e experiências raciais”, contudo, nenhum respondente respondeu “Apresentando exemplos de ativismo e movimentos sociais antirracistas”

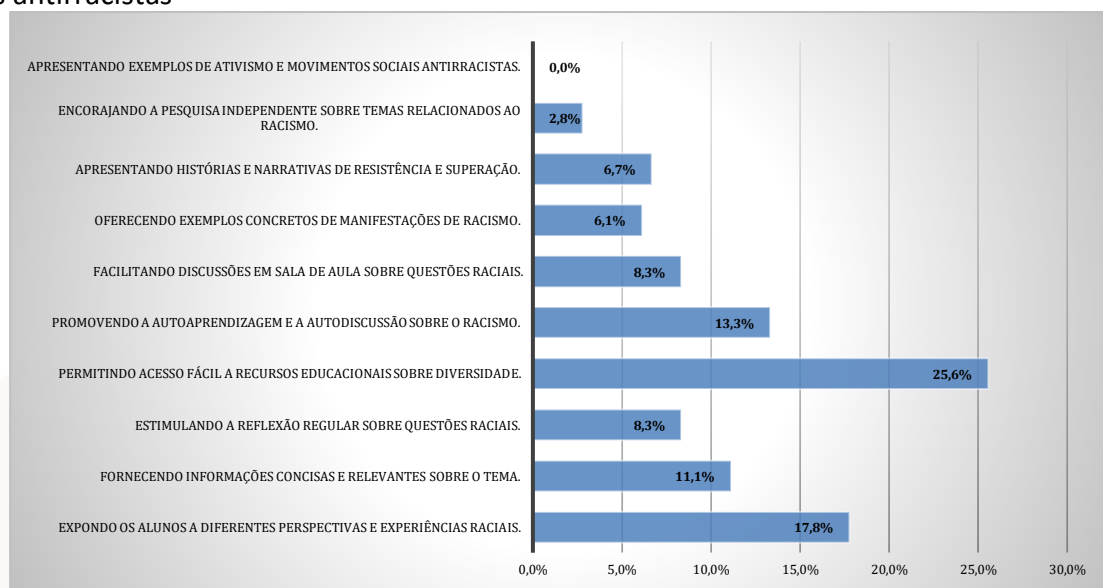


Gráfico 2. O *Microlearning* para desenvolvimento de consciência crítica sobre questões raciais
Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao questionamento “Quais tipos de recursos de *Microlearning* você acredita que seriam mais eficazes para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira?”, 25% dos professores acreditam que “Vídeos curtos documentando aspectos importantes da história afro-brasileira” e 15,6% responderam “Textos curtos acompanhados de perguntas reflexivas sobre a história e cultura afro-brasileira”.

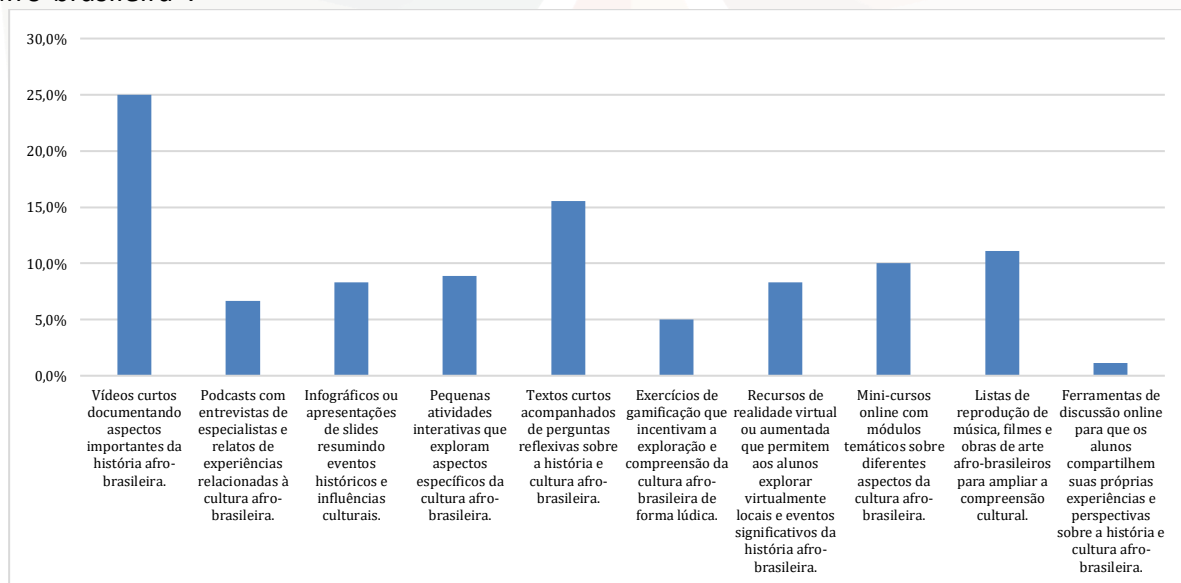


Gráfico 3. Os Recursos para *Microlearning*
Fonte: Elaborado pelos autores

Ao serem questionados “Em que medida você concorda que o *Microlearning* pode ser uma ferramenta eficaz para promover a valorização da cultura afrodescendente nas escolas?”, 54,4% dos professores Concordam e 34,4% responderam Concordo Plenamente que o *Microlearning* pode ser uma ferramenta eficaz para promover a valorização da cultura afrodescendente nas escolas, isto representa 88,8% de concordância que o ML é uma ferramenta eficaz.

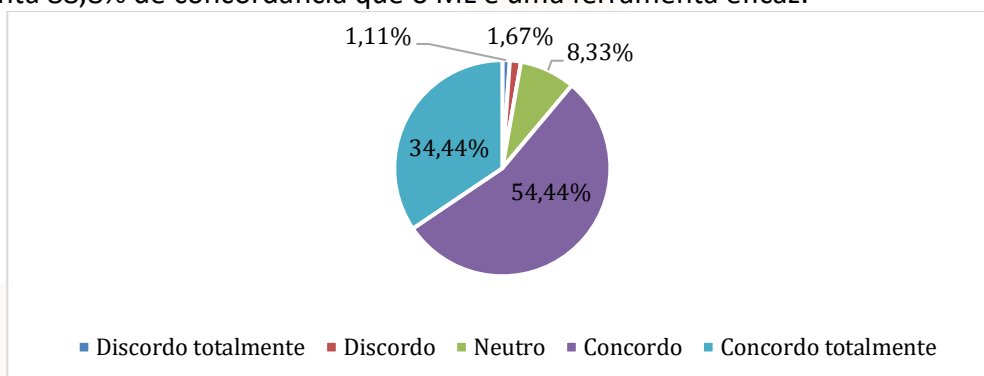


Gráfico 4. *Microlearning* como ferramenta eficaz para promover a valorização da cultura afrodescendente nas escolas

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto aos desafios, foi questionado “Na sua opinião, quais são os principais desafios na implementação de *Microlearning* na Educação para Valorização da Língua e Cultura Afrodescendente?”, 31,7% dos respondentes apontaram “Acesso equitativo aos dispositivos e tecnologias necessárias para o *Microlearning*”, enquanto 16,7% dos professores responderam “Avaliação e acompanhamento do progresso dos alunos no aprendizado sobre a cultura afrodescendente por meio do *Microlearning*”.

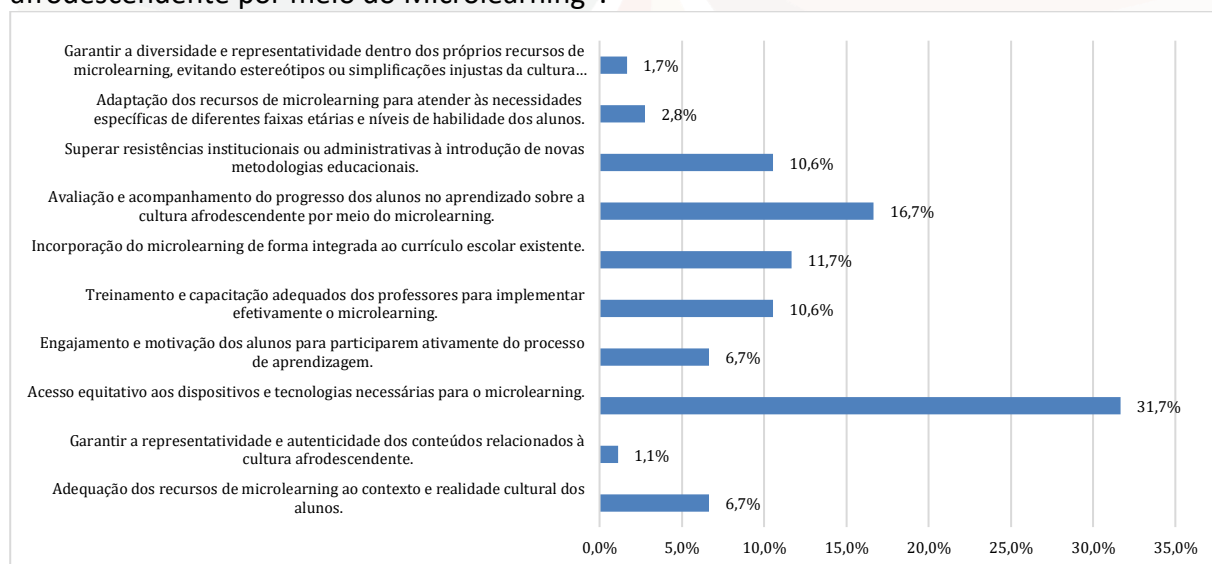


Gráfico 5. Principais desafios na implementação do *Microlearning* na educação para valorização da cultura afrodescendente nas escolas

Fonte: Elaborado pelos autores

A respeito da questão “Quão relevante você considera o uso do *Microlearning* para promover a valorização da cultura afrodescendente no contexto escolar?”, 43,9% dos respondentes

consideram Extremamente relevante, seguido por 25,6% que consideram Muito Relevante, conforme apresentado do Gráfico 6.

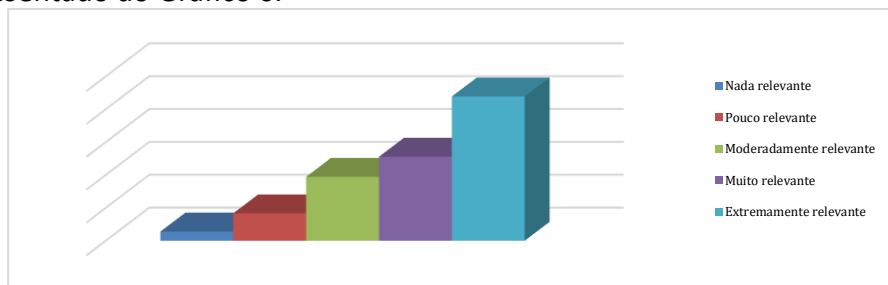


Gráfico 6. Relevância do *Microlearning*
Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com o Gráfico 7, que representa os resultados da questão que abordava sobre o potencial do *Microlearning* para melhorar a consciência crítica a respeito das questões raciais e combater o racismo na sociedade, cerca de 54% dos professores identificaram um potencial alto, enquanto 29,4% dos participantes atribuíram a esse método um potencial considerado muito alto.

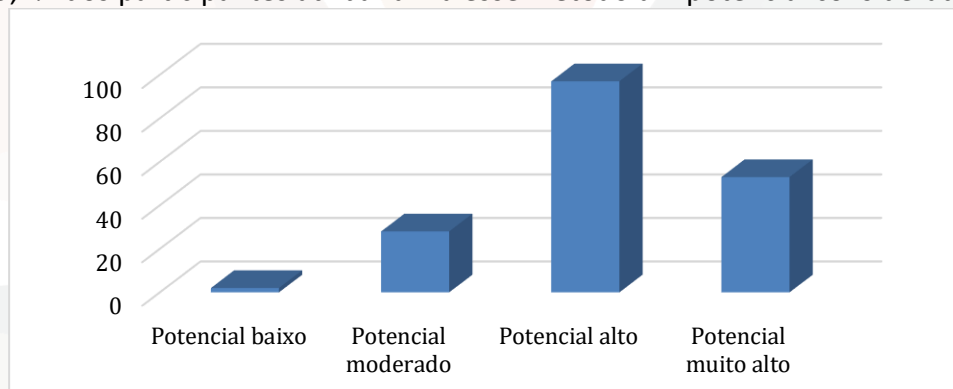


Gráfico 7. Potencial do *Microlearning* para desenvolver uma consciência crítica sobre questões raciais e combater o racismo na sociedade
Fonte: Elaborado pelos autores

No Gráfico 8, relacionado a questão "Em sua opinião, qual é o potencial do *Microlearning* para estimular o engajamento dos alunos na aprendizagem sobre a cultura afrodescendente?" verifica-se que 49,9% dos professores acreditam no alto potencial do *Microlearning*, e 22,2% acreditam que o *Microlearning* apresenta um potencial muito alto. Esse resultado aponta que, mesmo com desafios significativos como a falta de acesso a tecnologia e internet em algumas instituições de ensino, o *Microlearning* possui um significativo potencial e os professores estão receptivos a novas ferramentas educacionais.

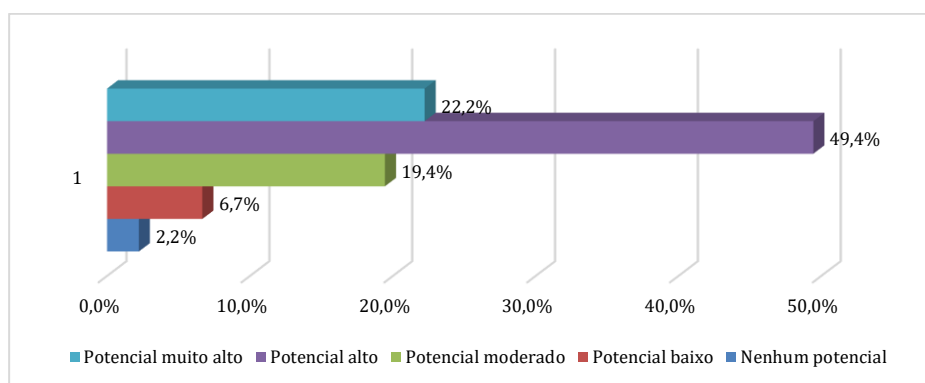


Gráfico 8. Potencial do *Microlearning* para engajamento na aprendizagem sobre a cultura afrodescendente
Fonte: Elaborado pelos autores

7. Considerações finais

O ponto primordial dessa pesquisa é realizar uma reflexão a respeito da necessidade de promoção da valorização e a inclusão do ensino da história, língua e cultura afrodescendente nas Instituições de Ensino, levantando a questão problema de como o *Design Instrucional* incorporado ao *Microlearning* podem ser utilizados de maneira eficaz para integrar o ensino da língua e cultura afrodescendente no currículo escolar, e assim ajudar no combate ao racismo estrutural e promover a formação de cidadãos conscientes e críticos.

A pesquisa traz várias descobertas. Primeiro, é essencial ter um corpo docente aberto para usar a tecnologia e interagir com especialistas sobre a língua e cultura afrodescendente com a finalidade de se capacitar a respeito do tema. É importante conhecer o tema, assim como usar a tecnologia, visto que o processo de aprendizagem é diferente ao utilizar *Microlearning*.

Com base nos resultados do questionário aplicado, é notório que o *Design Instrucional* aliado ao *Microlearning* possui significativo potencial de inserir o ensino da língua e cultura afrodescendente no contexto escolar, sendo uma ferramenta importante no combate contra o racismo estrutural e na promoção de cidadãos mais críticos e conscientes.

De início, os resultados apontam que, embora apenas 37% dos professores estavam familiarizados com a metodologia de *Microlearning*, ao disponibilizar materiais explicativos possibilitou que respondentes adquirissem informação básica sobre o tema. Isso enfatiza a importância de estratégias de capacitação dos professores para promover a utilização de novas abordagens, técnicas e metodologias no ensino, como o *Microlearning*.

No que se refere do potencial do *Microlearning* em promover uma consciência crítica sobre racismo em nossa sociedade, cerca de 54% dos respondentes reconhecem um alto potencial, ao passo que 29,4% consideram essa metodologia um potencial muito alto. Esse resultado assinala que o *Microlearning* pode ser uma eficaz para a sensibilização de alunos, e ainda promover a reflexão a respeito de questões raciais, colaborando assim, para uma sociedade mais igualitária e justa.

Além do mais, a maior parte dos professores acordam que o *Microlearning* pode ser uma estratégia para valorizar a cultura afrodescendente nas Instituições de Ensino. No entanto, a utilização do mesmo apresenta alguns desafios que merecem atenção, tais como garantir o acesso equitativo à tecnologia e a avaliação do progresso dos alunos no aprendizado sobre a cultura afrodescendente. Esses desafios sinalizam a importância de políticas educacionais inclusivas, como também investimentos na infraestrutura tecnológica das Instituições de Ensino.

Referências

ALVES, Marissol Mello; ANDRÉ, Claudio Fernando. **Modelo 70 20 10 e o microlearning: alternativas para problemas modernos na educação corporativa**. Teccogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 16, p. 39-53, jul-dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/49107/32161111111>. Acesso em: 6 fev 2024

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. CP/DF **Resolução nº 1. de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

_____. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências.

_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BUENO, Christiane. O Legado da Escravidão e o Futuro do Brasil. Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência. 2021. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/o-legado-da-escravidao-e-o-futuro-do-brasil/>

CABRAL, L. V.; BARBOSA, M. V. Ensino de história e cultura afro-brasileira e a desconstrução do racismo na educação. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, [S. l.]**, v. 6, n. 1, p. 51–68, 2020. DOI: 10.36311/2447-780X.2020.v6.n1.05.p51. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/10963>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRUZ, E. P. F. *et al.* . Microlearning como uma nova abordagem tecno-pedagógica: uma revisão. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 6, e47611629548, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29548>

ECKSTEIN, M. P. W.; GALVÃO, G.; LIMA, J. A. de; PINHEIRO, B. E. H.; ANCIUTTI, M. C. R. **A CRIAÇÃO DO DESIGN INSTRUCIONAL DO CURSO GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS: parceria UNICENTRO-UVPR-ADAPAR**. TICs & EaD em Foco, São Luís, v. 8, n. 1, p. 21–36, 2022. DOI: 10.18817/ticsead.v8i1.601. Disponível em: <http://45.71.6.16/index.php/ticseadfoco/article/view/601>. Acesso em: 6 fev. 2024.

FILATRO, A. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo, 2004.

_____. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

_____. **Produção de Conteúdos Educacionais: Design Instrucional, Tecnologia, Gestão, Educação e Comunicação.** São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Como preparar conteúdos para EAD.** São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. **DI 4.0: Inovação na educação corporativa.** São Paulo: Saraiva, 2019

FERREIRA, D. C. D. .; MENDES, A. B. .; MARCELO, C. D. .; LAET, L. E. F. .; AMARAL, V. C. C. do . O DESIGN INSTRUCIONAL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. **Revista Amor Mundi, [S. l.]**, v. 5, n. 2, p. 143–153, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** Uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03.** Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>> Acesso em: 10 Fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e possibilidades da implementação da Lei nº10.639 no contexto das políticas públicas em educação.** In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação as desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.

KNOLL, Graziela Frainer; MINUZZI, Reinilda de Fátima Berguenmayer. O design instrucional aplicado a infográficos em atividade educacional multimídia no Ensino Superior. **Revista EDaPECI**, v. 18, n. 2, p. 143-157, 2018.

LEONG, Kelvin; SUNG, Anna; AU, David; BLANCHARD, Claire. **A review of the trend of microlearning.** Journal of Work-Applied Management, v. 13, n. 1, p. 88-102, 2021.

SILVA, Gilberto Ferreira da; MARTINS, Rejane Penna. **Policies and practices for integration of history and African-Brazilian culture in elementary education: the law 11645/08.** 2015.

SOUZA, G. V. DE; BRANDÃO, J. J.; MANCHINI, L. A.; FONSECA, R. L. O surgimento do racismo, a luta dos movimentos negros e a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira na educação escolar. **Boletim de Geografia**, v. 39, p. 129-143, e43938, 20 out. 2021.

VIANA, L. S., *et al.* **Educação em saúde e o uso de aplicativos móveis: uma revisão integrativa.** Gestão e Desenvolvimento, (28), 75-94, 2020.